



21/03/2017 - Instituto Telecom

## Nossa Opinião - A transposição e o transponder

Em Monteiro, Paraíba, no domingo, 19/03, o povo fez festa para comemorar a chegada de água em lugares secularmente marcados pela seca. O lançamento do primeiro satélite brasileiro – adiado para amanhã, dia 22/3, por causa da greve de eletricitários e controladores aéreos na França e na Guiana – deveria trazer a esperança de um efetivo combate à exclusão digital. Lamentavelmente, em ambos os casos, o governo golpista quer se apropriar de algo que não fez e, pior, desvirtuar ou inviabilizar a conclusão do projeto.

No caso do satélite, parecer do Ministério Público Federal divulgado na semana passada, reforça o temor das consequências funestas do PLC 79/2016, aquele que beneficia com recursos públicos a Vivo, a Oi e Claro.

De acordo com o MPF, “causam preocupação as alterações propostas... que passam a permitir a renovação indefinida da concessão por um período de 20 anos”, reforçando o monopólio das três irmãs concessionárias. Além disso, a aprovação do PLC “prejudicaria não apenas a evolução da competição nos serviços de telecomunicações, como a disponibilização de faixas de frequências para outros usos concorrentes”.

E o parecer vai adiante observando “que há a tendência de que as decisões de investimento sejam majoritariamente tomadas no âmbito das operadoras”, com o governo abrindo mão da sua obrigação de definir política pública num setor nevrálgico, como o de telecomunicações. Para o MPF, “a Anatel não tem capacidade de gestão para efetuar o necessário monitoramento e controle dos compromissos de investimento”. Todos nós sabemos da complacência, e mesmo da

conivência, da agência com as operadoras.

O satélite deveria levar banda larga às regiões precariamente atendidas ou não atendidas por redes terrestres; permitir a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e médias cidades; garantir a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não disponham de redes terrestre; garantir que todas escolas urbanas tenham acesso a uma internet rápida e de qualidade. No entanto, “os arts. 8º a 10 do projeto de lei nº 79/2016 têm potencial de criar poder de monopólio em favor das empresas autorizadas a explorar faixas de radiofrequência e o satélite brasileiro, gerando barreiras ao incremento da competição nos serviços de telecomunicações”, alerta o parecer do Ministério Público. E nós, do Instituto Telecom, acrescentamos: O PLC 79 inviabiliza a utilização do satélite no enfrentamento da desigualdade social e na promoção da inclusão digital no Brasil.

Assim como o Velho Chico é o coração do Nordeste, é o rio da integração nacional, o transponder é o coração do satélite. É o rádio que recebe a conversação em uma frequência, a amplifica e a retransmite para a terra em outra frequência. Um canal de comunicação entre o receptor e as antenas de transmissão.

É crucial discutirmos em profundidade a conclusão da transposição do São Francisco. E, também, as propostas legislativas referentes ao PLC 79 e ao satélite brasileiro. Essas discussões não podem ficar apenas com um Congresso e um governo comprometidos em entregar as riquezas nacionais.

21/03/2017 - Instituto Telecom

## Reclamações na Anatel caem 18% em fevereiro

As reclamações dos consumidores contra serviços de telecomunicações registradas nos canais de atendimento da Anatel caíram 18% em fevereiro, em relação ao mês anterior, de acordo com dados divulgados nesta sexta-feira, 17, pela agência. No total foram 270 mil reclamações, volume também 22% abaixo do registrado no mês de fevereiro de 2016. De acordo com a agência, o feriado de Carnaval impactou no resultado.

O serviço mais reclamado foi telefonia móvel pós-paga que recebeu 33,94% do total de reclamações (91.172 queixas). Em seguida, com 23,53% (63.219 reclamações) ficou a telefonia fixa. Já 15,66% dos usuários (42.075 reclamações) se queixaram da banda larga fixa; 13,96% (37.503 reclamações), da telefonia móvel pré-paga; e 12,90% (34.656 reclamações), da TV por assinatura.

De acordo com os dados divulgados pela agência, a Oi liderou as reclamações em fevereiro, com 74.905 queixas. Em seguida ficou a

Vivo, com 68.135 reclamações; depois vieram TIM (42.839 queixas), Claro, (33.670), Net (24.469), Sky (13.070), Nextel (8.645), Algar (775) e Sercomtel (67).

Apesar de ser a mais reclamada, a Oi tem apresentado melhora nos números, informa a Anatel. Em fevereiro de 2017 a agência registrou 34.874 reclamações quanto à telefonia fixa da operadora, o que significou uma queda de 13,5% em relação a janeiro de 2017 e de 39% em relação a fevereiro de 2016.

A central de atendimento telefônico da Anatel funciona de segunda à sexta-feira, das 8h às 20h. Para fazer a reclamação, o usuário deve ligar para 1331. Pessoas com deficiência auditiva ou da fala devem ligar para 1332 de qualquer telefone adaptado ou usar o aplicativo “Anatel Consumidor”, que permite ao usuário registrar e acompanhar, em celulares e tablets, as reclamações feitas contra as prestadoras de telecomunicações.



20/03/2017 - Telesíntese

## “O TCU liberou o modelo de venda do satélite da Telebras”, afirma Valente

O diretor de operações da Telebras, Jarbas Valente, em longa entrevista ao Tele.Síntese (que pode ser lida na íntegra) fez inúmeras afirmações instigantes. Entre elas, que o TCU aprovou o modelo de venda do satélite; que o Executivo não deu qualquer orientação para a estatal deixar de atender órgãos do governo; que a banda reservada à Telebras vai atender também governos estaduais e municipais; que a Telebras não é governo para estabelecer meta de cobertura em edital; e que PNBL manda apenas atender a demanda por banda larga, e demanda "social" virá com antena de WiFi.

O diretor de operações da Telebras – Jarbas Valente – concedeu uma longa entrevista ao Tele.Síntese, quando apresentou um balanço de sua gestão (está no cargo desde agosto do ano passado), afirmando que sem a sua intervenção e elaboração do modelo de venda do satélite da Telebras (quando será licitado para três operadoras privadas em leilão pelo maior preço) a empresa não teria condições de prestar o serviço. Afirma também que o Tribunal de Contas da União aprovou a modelagem proposta – até mesmo a do preço mínimo sigiloso, adotado, segundo ele, para evitar colúio.

O executivo disse ainda que não há qualquer orientação do Executivo para a estatal não prestar serviços aos entes do governo – apesar de o secretário de Telecomunicações, André Borges, ter afirmado aos jornalistas que o governo pensa em modificar o decreto que deu preferência à Telebras na oferta de rede de telecomunicações à administração federal e suas empresas – e que, sob sua direção, a empresa já fechou mais de quatro contratos, além do último com a DataPrev.

Valente afirma que o modelo de prestação de serviço dentro do

espectro de 11 Gbps do satélite que está previsto para o quinhão da Telebras irá incluir o atendimento às escolas, saúde, segurança e também às demandas dos governos estaduais e municipais.

E disse mais: com esse modelo, a Telebras estará cumprindo o seu papel no PNBL (um dos motivos para a empresa ter ganho a licença da posição orbital brasileira, sem licitação, quando pagou apenas R\$ 2 milhões), pois o programa, em seu entender, em nenhum momento prevê o atendimento residencial a preços subsidiados. Mas assinalou que o projeto social estará contemplado com a instalação das antenas WiFi em praça pública, que integra a modelagem da prestação de serviço Telebras aos municípios brasileiros.

O executivo acredita firmemente que as empresas que comprarem a capacidade do satélite da Telebras irão oferecer o serviço para o mercado residencial, (e não corporativo), simplesmente porque há muita demanda não atendida no mercado brasileiro. Ele assinala que se não fizerem isso, em breve sofrerão competição direta também da empresa norte-americana de satélite a ViaSat, que em 2019 deve lançar o seu maior satélite – o ViaSat3-, com a enorme capacidade de 1 terabyte (ou 1000 Gbps), para cobrir também toda a América do Sul.

Segundo Valente, a preparação e ampliação da rede terrestre da operadora vai custar pouco mais de R\$ 400 milhões, muito acima dos R\$ 100 milhões de orçamento que o governo destinou para a Telebras este ano, - e por isso a solução proposta. E promete que esse modelo irá viabilizar o lançamento do segundo satélite. Para essa licitação, ele espera a participação de três grandes grupos de telecomunicações

21/03/2017 - Telesíntese

## TIM renovará conselho de administração

**Seis novos integrantes, do total de dez, foram indicados ao comando da tele. Nomes devem ser referendados na assembleia de acionistas, em abril.**

A TIM pretende aproveitar a assembleia geral de acionistas, que acontece em 19 de abril, para aprovar uma renovação de seu conselho de administração. A companhia propôs seis dos dez executivos que participam do grupo. Continuam Alberto Whitaker, Herculano Alves (conselheiro independente), Manoel Horácio, e Stefano De Angelis, também CEO da operadora.

Entram Enrico Barsotti, Enrico Zampone, Elisabetta Colacchia, Nicoletta Montella e Sabrina Valenza, todos executivos da Telecom Italia,

além de Mario Cesar Pereira de Araujo (conselheiro independente, ex-CEO da TIM). Os nomes foram escolhidos e indicados pelo controlador, a Telecom Italia, que tem 67% do capital da TIM Brasil.

Eles substituem Adhemar Gabriel Bahadian, Francesca Petralia, Franco Bertone, Oscar Cicchetti, Mario di Mauro e Piergiorgio Peluso. A eleição acontece na AGO. Os eleitos tomam assento no dia, e ficam no cargo até a assembleia de acionistas de 2019.



20/03/2017 - Instituto Telecom

## Abratel pede à Anatel esclarecimento sobre instalações em áreas de sombra

Procurando dar maior “segurança jurídica” às empresas do setor, a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel) pediu um posicionamento à Anatel sobre gap fillers, isto é, os equipamentos de retransmissão auxiliares para cobertura de áreas de sombra. Segundo a entidade comunicou nesta quinta, 16, há “interpretações díspares” da portaria nº 932 (de 22 de agosto de 2014) do então Ministério das Comunicações, que traça regras para a instalação desses equipamentos. A associação diz que, pelo artigo 1º, não há necessidade de autorização do Minicom (atual

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC) para a instalação, mas apenas a de apresentar um projeto técnico à agência. Mas, segundo a Abratel, há quem tenha entendido que é necessária a aprovação da Anatel.

Na opinião da entidade, isso seria um “um contrassenso, já que para funcionamento dos transmissores principais é exigido apenas autorização para uso de radiofrequência, conforme disposto no art. 46, §2º da Portaria nº 925 de 22 de agosto de 2014”. A associação entende que, uma vez apresentado o projeto

técnico, os gap fillers já podem entrar em funcionamento. A aprovação do projeto serviria apenas para o sistema interno da Anatel, já que a entidade deve possuir outorga e uso de radiofrequência para operação no local onde os retransmissores auxiliares serão instalados.

“Visando dar uma maior segurança jurídica a seus associados, a Abratel solicita que a Anatel esclareça se a aprovação do projeto técnico é requisito para o funcionamento das estações retransmissoras auxiliares”, declara a associação.

20/03/2017 - Instituto Telecom

## Crise levou a preço menor e maior oferta de canais nos pacotes da TV paga, aponta Ancine

A Ancine publicou no Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) um estudo que analisa os efeitos da crise econômica nos mercados de programação e de empacotamento da TV por assinatura no Brasil.

Em relação ao empacotamento, o estudo mostra que a política de preços e a oferta de canais nos pacotes teve papel na retenção de assinantes. A Net, por exemplo, conseguiu conquistar assinantes a ampliar sua fatia de mercado no período estudado (junho de 2015 a junho de 2016). A operadora contava com 32% do mercado em junho de 2015, percentual que passou para 34% em junho de 2016. No período, adicionou cerca de 110 mil assinantes à sua base. Todos os pacotes de canais básicos oferecidos pela Net tiveram aumento abaixo da inflação do período, à exceção do pacote Net Essencial HD Light, cujo acréscimo foi de 10%. Já em relação ao número de canais incluídos em cada pacote, a tendência da empresa foi de ofertar mais canais, ao adicionar quatro e nove canais, respectivamente, aos pacotes básicos estendidos e um canal no pacote básico. Houve uma redução no preço para a aquisição dos conjuntos dos canais Telecine, bem como dos canais Première.

A análise de outra operadora que conseguiu

crescer no período também aponta a uma oferta maior por menor preço. A Oi, em junho de 2015, contava com 6% do mercado nacional e, um ano depois, aumentou sua participação para 6,5%, com a adição de cerca de 25 mil assinantes em sua base. No período analisado, a Oi manteve a oferta de três pacotes principais. A operadora foi a que concedeu a maior redução no preço por canal nos pacotes de canais básicos. O pacote de entrada foi o mais afetado: com queda de 36%. Houve tanto um aumento do número de canais ofertados por pacote, como também uma redução significativa do preço cobrado. Em relação ao conjunto de canais premium não houve alterações na estrutura de oferta, uma vez que, para adquirir os pacotes premium de filmes ou de esportes, a exigência de contratar os pacotes básico ou básico estendido se manteve.

### Programação

O estudo mostra que, enquanto o número de assinantes dos canais básicos apresentou um crescimento de 0,4%, o de canais premium apresentou diminuição acentuada de 3,7%. Para a Ancine, o cenário aponta no sentido de que a queda do número de assinantes no mercado de TV paga teve maior impacto nos canais premium do que nos canais básicos,

o que pode indicar uma maior proporção de cancelamentos de pacotes mais caros que oferecem canais premium, e que a entrada de novos assinantes foi mais concentrada nos pacotes básicos, de menor custo.

Os dados revelam uma variação positiva no número de assinantes dos Canais Brasileiros de Espaço Qualificado (CBEQ). O conjunto total de canais CBEQ apresentou um crescimento de 1,5% devido ao aumento de assinantes dos Canais Brasileiros de Espaço Qualificado Independentes (CBEQI), que registraram significativo aumento de 18%.

A provável causa, aponta a agência, pode ser resultado da mudança da classificação do canal GNT, que era considerado como CBEQ até fevereiro de 2016, quando passou a ser classificado como CEQ (Canal de Espaço Qualificado). O estudo aponta a possibilidade de as operadoras terem incorporado em seus pacotes de TV por assinatura mais CBEQI para o cumprimento das cotas de empacotamento.

Foi observada também uma tendência de mudança de padrão tecnológico, com um crescimento de 14,7% no número de assinantes de canais em HD (High Definition) e uma queda de 4,9% nos canais em SD (Standard Definition).



20/03/2017 - Sul21

## A classe trabalhadora começou a se mexer. Lula tem que percorrer o Brasil”

O governo Temer tende a se atolar cada vez mais nos próprios erros e na corrupção. É um governo cada vez mais anti-popular e instável. O navio começou a afundar. Se o povo for para a rua, como indicou que está indo nas manifestações contra a Reforma da Previdência no dia 15 de março, é possível até uma antecipação das eleições. A avaliação é de João Pedro Stédile, da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que esteve no Rio Grande do Sul na semana passada para participar da 14a. Abertura da Colheita do Arroz Agroecológico, em Nova Santa Rita. Em entrevista ao Sul21, Stédile analisou a conjuntura política nacional, apontou as contradições do governo Temer e defendeu o lançamento da candidatura de Lula à presidência da República.

“Lula é o único líder popular que dialoga com as massas. Então, ele tem que ser o nosso porta-voz, percorrendo o Brasil e fazendo grandes atividades para debater com o povo essa crise e a saída para ela”, defende. Para Stédile, esse debate, além de um projeto emergencial para enfrentar a crise, precisa também começar a pensar um novo projeto de país em termos distintos daqueles que presidiram os governos Lula e Dilma:

*“Com a derrota da Dilma, foi derrotada também aquela proposta do modelo neodesenvolvimentista e a proposta de um governo baseado na conciliação de classe, onde todos ganhavam. Essas duas estratégias foram derrotadas. Quando falamos, portanto, em construir um novo projeto de país isso significa também construir um novo modelo econômico e um novo formato de governo, mais popular, que encaminhe o Brasil para outro rumo”.*

A essência do golpe, diz ainda Stédile, é uma tentativa do grande capital, diante da crise, recuperar as taxas de lucros de suas empresas, aumentando a exploração sobre os trabalhadores, promovendo desemprego para diminuir sua folha de pagamento e se apropriando de recursos públicos. Ele cita estimativa feita pelo economista Marcio Pochmann, segundo a qual, somente em 2016, o setor privado se apropriou de R\$ 260 bilhões que estavam destinados a políticas públicas.

“A burguesia, que já tinha controle absoluto da mídia e do Judiciário, investiu R\$ 6 bilhões na eleição de 2014 para controlar o Congresso



João Pedro Stédile: “Para usar a metáfora citada recentemente pelo nosso ministro do Exército, o navio começou a afundar”.

Nacional e o Executivo. (Foto: Guilherme Santos/Sul21)

Sul21: Mais de seis meses depois da votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff no Senado, como você definiria o momento político e econômico que o Brasil vive hoje?

João Pedro Stédile: Estamos vivendo uma conjuntura muito complexa e muito instável. A sociedade brasileira, desde 2010, vive uma situação de grave crise econômica. Desde aquele ano, a nossa economia não cresce. Já são sete anos de estagnação, portanto. Sempre que há crise econômica, em qualquer país do mundo, as

classes se desarrumam na política. Para usar a metáfora do navio, citada recentemente pelo nosso ministro do Exército, o navio começou a afundar. E quando o navio começa a fundar, as classes querem pegar o seu barco e se salvar, acabando com qualquer pacto no Titanic...

Sul21: Vira um deus nos acuda...

João Pedro Stédile: Exato. É um deus nos acuda. Foi isso que aconteceu no Brasil. A burguesia, que já tinha controle absoluto da mídia e do Poder Judiciário, investiu seis bilhões de reais na eleição de 2014 para controlar o Congresso Nacional e o Executivo. No caso do Congresso, foram bem sucedidos e elegeram o parlamento mais conservador da história do Brasil. No Executivo, eles esperavam derrotar a Dilma, mas foram surpreendidos. A partir daí, passaram a conspirar o tempo inteiro para dar o golpe, que acabou sendo consumado graças à conjugação da crise econômica com um erro crasso cometido pelo governo Dilma.

Sul21: Que erro foi esse?

João Pedro Stédile: Colocar como ministro da Fazenda um homem neoliberal que aplicou uma política econômica contra o povo. Isso ajudou a criar as condições políticas para que eles dessem o golpe e não houvesse a defesa do povo em relação ao governo. O povo não foi para a rua defender o governo Dilma. Durante todo o ano de 2016, nós, os setores organizados, ficamos tentando empurrar o povo pra rua, dizendo “vem, que o golpe é contra você”, mas o povo não acreditou, achando que o golpe era só contra a Dilma e contra os corruptos. Temer assumiu a presidência, no entanto, ele não é fruto de um processo de unidade da classe burguesa, o que faz com que tenha um governo instável.

Leia mais em: <http://migre.me/whBaK>

20 de março de 2017 - PORTAL VERMELHO

## Leis, salsichas, manchetes e operações policiais contra o Brasil

**"Leis, como salsichas, deixarão de inspirar respeito na proporção em que sabemos como elas são feitas". Otto von Bismarck**

E as manchetes, articuladas com operações policiais, como são feitas? Será que não aprendemos nada, quando o circo começa?

Realmente, o Brasil sem empreiteiras, sem programa nuclear pra defender seu Pré-Sal, sem Petrobras, sem produzir a carne que comemos, sem grandes empresas, sem CLT, sem Previdência Pública, mas exportando apenas ferro gusa e soja, e com as novelas e o jornalismo da Globo, será um país muito melhor, não é?!

E como ficam milhões de trabalhadores? E dezenas de milhares de pequenos produtores integrados na cadeia produtiva? São detalhe?

Por que a ênfase é no circo, e não no reforço da fiscalização, em assegurar a qualidade e a saúde da população, em garantir o emprego, a sua qualidade, a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras? Ao contrário, as contra-reformas da Previdência e Trabalhista, a Terceirização ilimitada são incensados pelos mesmos que lucram com o circo. Por que o judiciário e a polícia viraram sucursais da imprensa golpista e desde sempre associada aos interesses estrangeiros?

Essa associação de espetáculo, campanha de linchamento, judiciá-



rio e polícia com a demagogia em torno da corrupção já custou caro demais ao Brasil. E em nada serviu para fortalecer as instituições, ampliar o controle social, fortalecer a democracia, que são os únicos remédios efetivos na luta contra a corrupção. Muito ao contrário, seguimos o roteiro da destruição do país, do Golpe, de todo poder aos bandidos e especuladores. Ninguém tá vendo que isso é o fascismo, o entreguismo, o interesse dos especuladores e do imperialismo?!

Defender nossa saúde, defender nossos empregos, defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras explorados pelo capitalismo e contrapor-se a essa lógica de rapina não significa somar-se à campanha para liquidar mais um setor econômico decisivo da nossa economia. Não significa aplaudir os esbirros em mais um show midiático cujas razões reais, no mínimo, desconhecemos. Na verdade, se esse setor quebra, ou for incorporado pelas estrangeiras, em que melhoraria a nossa luta?

Leia mais em: <http://migre.me/whBCB>

20/03/2017 - CARTA CAPITAL

## Rodrigo Maia prevê aprovação da terceirização total até quarta-feira

**O texto em votação, que legaliza a terceirização irrestrita, é de 1998. Se aprovado, seguirá para sanção de Michel Temer**

O presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia (DEM-RJ) afirmou nesta segunda-feira 20 que os parlamentares devem aprovar a terceirização total do trabalho até esta quarta-feira 22.

O projeto de lei nº 4.302, que permite a terceirização de todas as atividades da empresa, foi criado em 1998 e aprovado em 2002 pelo Senado. Se passar pela Câmara, como previsto, só dependerá da sanção de Michel Temer (PMDB).

"Acredito que nesta semana a gente tenha condições de aprovar, entre terça e quarta-feira, a terceirização na Câmara dos Deputados. É um passo importante porque milhões e milhões de empregos hoje são gerados por terceirização", disse o presidente da Casa durante evento da Câmara Americana de Comércio em São Paulo.

A reforma trabalhista, por ser um projeto de lei ordinária, depende ape-

nas de maioria simples para ser aprovada (metade dos deputados votantes, com quórum mínimo de 257). Basta o apoio de 129 parlamentares.

Em 2015, a Câmara aprovou outro projeto de terceirização, mas não é este que será votado. Um acordo entre Maia e o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), priorizou o projeto de 1998, cujo relator é o deputado Laercio Oliveira (SD-SE).

O acordo se deu a pedidos do governo, uma vez que este projeto de lei está mais próximo de ser sancionado do que o aprovado em 2015, que ainda precisa passar pelo Senado.

Rodrigo Maia também se diz "confiante" sobre a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária apresentadas pelo governo Michel Temer. Elas também devem ser votadas na Câmara, nesta sequência, nos próximos meses.